



COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA

REQUERIMENTO N^º , DE 2017.

(Do Sr. João Daniel, Sr. Nilto Tatto, Sra. Erika Kokay, Sr. Patrus Ananias,)

Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para que as Entidades, acadêmicos e setores interessados discutam a proposta de um novo modelo para o setor energético do País.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública com representantes de entidades envolvidas com a questão elétrica, grupos de assessoramento, academia e governo para que exponham suas posições acerca do novo modelo para o setor energético, aprofundando o debate sobre os riscos da proposta elaborada pelo Governo, com relação à soberania energética e nacional; ao aumento da tarifa de energia e ao papel do setor elétrico estatal para o desenvolvimento regional e nacional e sobre os impactos ambientais das propostas.

Para a referida audiência deverão ser convidadas as seguintes entidades/pessoas:

- Representante: Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/Confederação Nacional dos Urbanitários – CNU.
- Engº e ex-Deputado Federal Fernando Ferro - Representante: Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste – FRUNE. –
- Representante: Clube de Engenharia do RJ (Arthur Obino)
- Representante: Plataforma Operária e Camponesa para a Energia
- Profº Doutor Rubem Cesar – Coordenador do Centro Estudos Energéticos da Amazônia.

JUSTIFICAÇÃO



O Setor Energético Brasileiro (SEB) é essencial para uma digna qualidade de vida. Assim, amplos segmentos defendem uma forte presença do Estado nesse setor, condição necessária para que o agente público tenha capacidade de continuar a realizar os investimentos necessários para que o Brasil prossiga na universalização dos serviços.

Segundo o DIEESE, “O setor elétrico vem enfrentado mudanças importantes desde a edição da Lei 12.783/2013, que definiu as regras para a renovação de um conjunto de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica”. O recente anúncio do governo federal, da adoção de uma política de privatizações no setor com a venda de ativos da Eletrobras e a possível venda de distribuidoras estaduais, deverá marcar o início de uma fase que poderá trazer grandes prejuízos para a população e para o país.

A energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. No Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico para o crescimento e a sustentabilidade econômica. A energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis e o setor está entre os mais modernos e robustos do mundo, correndo riscos de que com menor controle tenhamos o comprometimento dos recursos naturais brasileiros.

Com relação a região amazônica é de se ressaltar o papel fundamental das empresas estatais na geração, transmissão de energia, dada extensão da região e a sua importância no processo de desenvolvimento brasileiro.

Assim, esperamos a aprovação deste requerimento por esta Comissão.

Erika Kokai
Deputada Federal – PT/DF

João Daniel
Deputado Federal – PT/SE

Nilto Tatto
Deputado Federal – PT/SP

Patrus Ananias
Deputado Federal – PT/MG